

O PROJovem URBANO E A REALIDADE ESCOLAR DA EJA

Henrique Barbosa dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maria Goreti Farias Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este artigo deriva de uma pesquisa realizada como atividade final de disciplina de graduação em licenciatura. Tem por objetivo conhecer e compreender o funcionamento do Programa Projovem Urbano e sua repercussão para jovens que estão inseridos em escolas públicas e em periferias. A partir da compreensão e funcionamento do programa, será possível difundir-lo e problematizar as fragilidades existentes deste e de outros programas voltados a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-chave: projovem; educação; educação de jovens e adultos.

PROJovem URBANO AND EJA'S SCHOOL REALITY

ABSTRACT

This article derives from a research carried out as a final activity of an undergraduate course. It aims to know and understand the functioning of the Projovem Urbano Program and its repercussions for young people who are inserted in public schools and in peripheries. From the understanding and functioning of the program, it will be possible to disseminate it and problematize the existing weaknesses of this and other programs aimed at Youth and Adult Education (EJA).

Keywords: projovem; education; youth and adult education.

PROJovem URBANO Y LA REALIDAD ESCOLAR DE EJA

RESUMEN

Este artículo deriva de una investigación realizada como actividad final de un curso de grado. Su objetivo es conocer y comprender el funcionamiento del Programa Projovem Urbano y sus repercusiones para los jóvenes que se insertan en las escuelas públicas y en las

periferias. A partir de la comprensión y funcionamiento del programa, se podrá difundirlo y problematizar las debilidades existentes de este y otros programas dirigidos a la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA).

Palabras clave: Projovem; Educación; Educación de Jóvenes y Adultos.

Introdução

A pesquisa sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) se faz necessária, principalmente na atualidade, ao percebermos o nível de escolaridade e o baixo índice de escolarização de muitos jovens excluídos socialmente do ambiente educacional. Em 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 50 milhões de pessoas com idades entre 14 e 29 anos, dez milhões, não tinham terminado alguma das etapas da educação básica, o abandono escolar atingiu 20% dessa população.

Isso mostra como a evasão escolar é um problema social já estabelecido no país e, que atinge majoritariamente a população de classe baixa e jovens pretos e pardos, assim como mulheres. Questões como a necessidade de trabalhar, o desinteresse pela educação, a gravidez e as tarefas domésticas são algumas das causas que contribuem para o abandono escolar por parte dos jovens. Este perfil é a realidade de muitos estudantes de escola pública de cidades periféricas. Essa é uma realidade muito comum dentro da cidade na qual os jovens com baixo poder econômico entram no mercado de trabalho e, em razão do cansaço, resultado da dupla jornada, em condições muitas vezes precárias, não conseguem acompanhar os estudos e abandonam a escola.

Segundo dados do Censo Escolar, de 2019 para 2020, cerca de 230 mil estudantes dos anos finais do ensino fundamental e 160 mil do ensino médio migraram para a EJA. Também foi destaque que o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem se firmado como uma alternativa para a obtenção do certificado dessas etapas da Educação Básica, com seu recorde de inscritos em 2019, com 3 milhões.

Nas edições mais recentes, 2020 e 2022 (em 2021, não houve aplicação devido à pandemia), respectivamente, foram 1,7 milhão e 1,6 milhão de pessoas inscritas.

Este texto deriva de um estudo realizado como atividade final da disciplina de Política e Organização da Educação Básica, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para promover autonomia e o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. Trata-se de uma reflexão referente a uma política educacional, relacionando-a com a realidade local. O estudo do Projovem Urbano tem por objetivo conhecer e compreender o funcionamento desse Programa e sua repercussão para jovens que estão inseridos em escolas públicas e em periferias. Esse estudo contribui para a formação de um professor que irá lidar com essa problemática ao longo da sua trajetória escolar. A partir da compreensão e funcionamento do programa foi possível problematizar as fragilidades existentes deste e de outros programas voltados a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano)

O programa foi instituído pela Lei nº 11.129, de 2005, alterado pela Lei nº 11.692, de 2008 e regulamentado pelo decreto nº 6.629. Atualmente os procedimentos para utilização dos recursos estão definidos na Resolução nº 13, de 10 de setembro de 2021, e das alterações dadas pela Resolução nº 10, de 27 de julho de 2023.

O Projovem Urbano é um programa educacional proposto a jovens com 19 a 29 anos que residem em áreas urbanas e que, de alguma forma, foram excluídos da escolarização. Tem como objetivo reintegrar ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de um curso com dezoito meses de duração. Para isso, oferece curso com carga horária total de duas mil horas, organizado em três ciclos e com certificação de conclusão do ensino fundamental, ao final do curso.

Destina-se a jovens que saibam ler e escrever, mas que não tenham concluído o ensino fundamental, atendendo prioritariamente jovens residentes nos municípios ou regiões que tenham maiores índices de violência contra a juventude negra, mulheres em sistemas prisionais, catadores de resíduos sólidos e etc. Os recursos são transferidos pelo

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para o pagamento de transporte, de material didático-pedagógico, custeando equipamentos e material de qualificação profissional, assim como a formação de professores, formadores e gestores locais. Em 2021, o custo aluno foi de R\$ 307,04 (trezentos e sete reais e quatro centavos) mensais por jovem matriculado no Projovem Urbano, com exigência de turma com o mínimo de 15 estudantes. Desde 2021, não há pagamento de auxílio aos beneficiários do Programa, como previsto inicialmente no art. 6º da Lei nº 11.692, de 2008.

Abordagem teórico-metodológica

Os índices de analfabetismo eram demasiadamente altos há algumas décadas, segundo o IBGE. A taxa de alfabetismo das pessoas, de 15 anos ou mais de idade no Brasil, era de 56% na década de 1940. Com o passar dos anos, esses índices foram reduzindo significativamente. Em 2022, havia 5,6% das pessoas, com 15 anos ou mais de idade, analfabetas no Brasil, o equivalente a 9,6 milhões de pessoas. Dessas, 55,3% vivendo na região Nordeste e 22,1% na região Sudeste. Quando analisado por cor ou raça, o estudo revelou que 3,4% das pessoas, com 15 anos ou mais de idade e de cor branca, eram analfabetas. Enquanto, as pessoas da mesma faixa etária de cor preta ou parda, representavam o percentual de 7,4%. Ademais, cerca de 18% dos jovens entre 14 e 29 anos, que equivale a quase 52 milhões de pessoas, não completam o ensino médio, ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram a escola.

Os dados da educação podem sugerir uma significativa melhora na educação brasileira com o decorrer dos anos, porém, o problema ainda persiste e cada vez mais o jovem se encontra sem perspectiva de futuro e oportunidades, fazendo com que essa “melhora” seja ilusória. Portanto, a análise deste trabalho se constitui a partir de dados e índices sociais para compreender a realidade acerca da evasão escolar e demais problemas educacionais, a partir de concepções teóricas para fundamentar a análise e interpretações a respeito do programa. Para isso, se recorreu à literatura sobre o tema.

Um estudo publicado por FRIEDRICH, MACHADO BENITE e CANAVARRO BENITE (2012), aborda que a educação no Brasil é resultado de relações de poder de grupos ideologicamente dominantes, isso faz com que sua história e seu modelo econômico, político e social seja um reflexo desse projeto ideológico. Assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) segue à margem e emerge a constituição de saberes docentes inerentes a esta modalidade de ensino. Eles apontam que a proposta de currículo integrado no Projovem e a adoção de uma perspectiva de cooperação interdisciplinar e interdimensional enfatiza o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências, valores e práticas de solidariedade, com a vida moderna para os jovens que vivem nas grandes cidades.

Para compreender como os professores percebem as políticas dessa natureza e ilustrar este estudo, foi realizada: 1) entrevista com uma professora universitária e cientista social que atua no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); e foi enviado: 2) formulário de perguntas feito pelo Google a três professoras que atuam em turmas de EJA, em escola pública estadual do município de Alvorada, no Rio Grande do Sul (RS), sendo que duas professoras responderam ao questionário. Não se trata de uma amostra representativa, mas a possibilidade de dar voz para profissionais que atuam na EJA de modo a ilustrar as reflexões que seguem. Destacamos algumas questões respondidas pelas entrevistadas, que se aproximam do tema proposto.

1) Respondente do Proeja, professora universitária e cientista social:

- O Perfil dos alunos proeja é de mulheres, mães desempregadas, que deixaram os estudos para cuidar de irmão e/ou buscar subsistência.
- O curso é voltado para o cuidado do idoso e algumas estudantes buscam apenas a certificação, pois já atuam na área.
- A formação qualifica, mas não é definidora da trajetória que os alunos trilham.
- A falta investimento na educação e políticas voltadas para esse público (analfabetos funcionas). É um projeto dos grupos dominantes manter assim.
- Educação emancipatória na EJA é possível se for educação socialmente situada e com recursos, articulada com políticas para jovens de classes mais baixas.

2) Respondentes da escola estadual, professoras que atuam em turmas de EJA:

- Os alunos da EJA se mostram mais interessados e motivados. Muitos apresentam bastante dificuldade, principalmente nos conhecimentos da área de exatas. Mas têm muita vontade de aprender.
- Acredito que é visível a mudança na autoestima do aluno, que, com muito esforço, consegue concluir o seu ensino médio.
- A formação em alguns casos fica abaixo no nível cognitivo esperado no ensino médio. Mas muitos alunos apresentam um avanço enorme após concluírem essa modalidade. Temos alunos que gostavam de escrever, por exemplo, e que a escola motivou e incentivou a conquistarem seu sonho. Se a escola tivesse mais recursos, a qualificação seria melhor.
- Devido à maioria terem parado de estudar a mais tempo, eles retornam com grandes dificuldades, mas vão evoluindo no decorrer do semestre. Eles têm motivação e vontade de aprender.
- A diferença de interesse prejudica o andamento das aulas. O aluno com interesse alcança o resultado. O aluno desinteressado atrapalha o rendimento. Muitos chegam cansados do trabalho e, muitas vezes, acabam também se atrasando.
- A EJA na escola funciona muito bem, poderia melhorar no geral da escola, pois não temos funcionários (setores pedagógicos) suficientes para dar apoio às necessidades.

O trabalho não se propôs a apresentar as respostas discorridas em todas as perguntas de modo aprofundado, mas, sim, a trazer uma amostragem do que foi exposto pelas professoras da EJA no formulário e pela cientista social na entrevista dialogada, enfocando na temática da escolarização tardia no País.

Problema social e a emancipação dos jovens estudantes: um olhar a partir da perspectiva do professor e do cientista social

Destacam-se como principal questão do estudo os problemas sociais que estão diretamente ligados ao ensino da EJA. A realidade que causa a evasão escolar no ensino regular ocorre, também, em razão da inviabilidade dos problemas no meio em que estão

inseridos, isto é, a sociedade capitalista, que força os jovens estudantes de baixa renda a trabalharem desde cedo, gerando sobrecarga física e mental, e consequentemente, prejudicando o seu processo de aprendizagem e a sua permanência na escola.

Na experiência profissional da cientista social entrevistada, enquanto professora, o que mais lhe chamou a atenção, sobretudo em relação às mulheres, foi que: *“as histórias de vida se repetem, ausência na escola para cuidar de irmãos, trabalhar numa família como doméstica, cuidar dos filhos, do marido”*. Segundo a Entrevistada X, *“muitos chegam cansados do trabalho e muitas vezes acabam também se atrasando.”* Com constantes atrasos e cansaço do trabalho e outras tarefas, muitas vezes, acabam usando as aulas para colocar o sono em dia. Diante da situação, estes alunos vão perdendo cada vez mais o interesse pelos estudos, sendo prejudicados em seu desempenho escolar, ao ponto que continuar presente nas aulas, sem estar totalmente envolvido, não faz mais sentido. Por isso, abandonam a escola.

Quando retornam aos estudos, por não concluir a escolarização na idade recomendada, muitos enxergam o ensino como uma forma de promoção no trabalho, visando melhores condições de vida. Portanto, acabam voltando com maior interesse e mais engajados. Alguns pontos positivos dos alunos da EJA para a Entrevistada Y é: *“aluno com interesse alcança o resultado”*. A Entrevistada X complementa: *“motivação e vontade de aprender”*. Percebemos como muitos estão interessados em seus estudos e em conseguir se formar, porém, algumas vezes, acabam sendo prejudicados por conta da falta de estrutura escolar e de apoio, tanto no suporte aos alunos como aos professores.

É preciso uma inter-relação entre o profissional e a autonomia do aluno enquanto cidadão. Como afirmou a cientista social, *“acredito que a educação deve ser socialmente situada, ou seja, a partir da realidade vivida e ir estabelecendo pontes para que o discente assuma o protagonismo do seu aprendizado e reconheça o seu potencial. A qualificação profissional é importante, sim, mas ela não é definidora da trajetória que os alunos trilham”*. Segundo a experiência percebida em sala de aula da Entrevistada X, *“muitos alunos apresentam um avanço enorme após concluírem essa modalidade. Temos alunos que gostavam de escrever, por exemplo, e que a escola motivou e incentivou a conquistarem esse sonho”*.

O desenvolvimento de uma modalidade de ensino como a EJA requer, por parte da escola ou instituição de ensino, suporte às necessidades da comunidade escolar, pois, muitas vezes, a falta de recurso e apoio acaba por impossibilitar e invisibilizar a continuidade destes alunos. Para a cientista social, *“existe uma pressão muito grande pela subsistência que empurra as pessoas para fora da escola, apesar da grande parte das pessoas considerarem que o acesso ao estudo é o que pode gerar melhores oportunidades. As crises econômicas atingem as escolas em várias frentes: precarizam a infraestrutura da escola, sem investimento para assistência estudantil, alimentação, garantia de transporte, etc. O que gera alunos que não conseguem priorizar a vida escolar. E este impacto será sentido nas relações intermitentes de trabalho também”*.

Por isso, é de extrema importância gerar as condições necessárias para manutenção desses jovens dentro da escola, mediante programas e auxílios para mantê-los estudando. O Estado deve ser o responsável por esses recursos, destinando maiores investimentos. Contudo, percebemos que embora esses programas existam, eles são insuficientes. A educação, em sua totalidade, sofre por descasos, ainda mais nessa modalidade. Diante disso, os índices apresentados anteriormente tendem a piorar.

Outro ponto que vale destacar é que na sociedade capitalista, a educação deve atender o desenvolvimento do capital em detrimento de uma sociedade mais justa. É comum ouvir do discurso neoliberal a importância de se investir em educação, no viés de mercado, (e sob o capitalismo ela realmente se torna), e esse investimento é um ensino tecnicista, com objetivo alienante de transformar o jovem em mão de obra barata. Por isso, um dos assuntos mais discutidos, tanto em escolas como universidades, é o tal “mercado de trabalho”.

Ao contrário dessa lógica, é necessário pensar uma educação emancipadora, dando autonomia para os alunos, para que explorem todas as suas potencialidades; isso é algo que também a EJA deve proporcionar, pois, somente assim, se rompe com o propósito de tornar os jovens alunos apenas forças produtivas. De acordo com Jezine (2016), na sua interpretação a respeito do conceito de emancipação de Paulo Freire, ela argumenta que:

O conceito de emancipação é desenvolvido a partir da contradição opressão/libertação. E, ao descrever os processos de opressão pelos quais a classe oprimida é inserida, Paulo Freire formula os princípios fundantes de uma educação humanizadora como aquela que possibilita a mudança de si e da realidade. Ele considera que a classe oprimida, também denominada de classe popular, é um povo que necessita libertar-se, emancipar-se e conquistar sua autonomia; para isso, é preciso exercer a práxis revolucionária, ou seja, superar os modelos autoritários impostos pela classe opressora. (JEZINE, 2016, p. 27).

A partir disso, quando pensamos uma educação emancipadora, estamos colocando a possibilidade de transformação tanto do indivíduo quanto da realidade, na prática revolucionária. Nesse sentido, o professor deve romper com os modelos autoritários de educação impostos por um sistema de ensino que já não faz mais sentido atualmente, para poder contribuir com o maior engajamento possível do aluno, despertando seus interesses. Sem esse rompimento radical, a educação brasileira, sobretudo a pública, permanecerá rodeada pela ideologia dominante que sabota o desenvolvimento educacional no País. A educação pode ser a base para a libertação da classe popular sobre o capitalismo.

É fundamental que, tanto a comunidade escolar quanto os professores, trabalhem a autonomia com os seus alunos, promovendo atividades e aulas que explorem e desenvolvam suas potencialidades. Isso pode gerar grandes descobertas, pois acreditamos que a escola tenha um papel fundamental no processo de socialização dos indivíduos. Para além da conquista de um sonho, a escola instigar o aluno a produzir o que gosta, dando liberdade e autonomia para ele perceber e testar seus interesses e habilidades, pode contribuir para um ensino mais emancipador e torná-lo, de certa forma, mais atrativo. Essas práticas podem contribuir para reverter a lógica neoliberal imposta pelo capitalismo, de um ensino que hoje se encontra defasado, retrógrado e insuficiente para realidade da maioria dos jovens brasileiros.

Considerações finais

O estudo sobre o Projovem Urbano, a partir da modalidade EJA, permitiu maior compreensão a respeito dessa política educacional e sua importância. Além disso, fica evidente que, por mais necessário e importante que sejam essas modalidades de ensino para a realidade de grande parte dos jovens alunos no Brasil, ainda é muito escassa. Há diversos problemas de falta de apoio aos professores e alunos no campo pedagógico, como também, falta de auxílios financeiros para firmar a permanência desses jovens na educação. Visto que, geralmente, necessitam conjugar o trabalho com outras atividades e responsabilidades familiares, por exemplo.

Ainda estamos passando por um momento de retrocessos na educação brasileira, com modelos educacionais neoliberais, frutos da sociedade capitalista, cujos grupos dominantes usam para alienar a população a se tornarem meros “trabalhadores e mão de obra barata”. Isso ocorre na medida em que o jogo político governa para as elites, que sabotam a educação em nosso País, implicando em defasagens escolares e falta de acesso para os menos favorecidos, alinhados a pouco investimento e desvalorização da educação. O que fragiliza a oferta educacional, considerada por grandes pensadores e sociólogos, como um importante instrumento de transformação social.

Ainda há na figura do professor um agente que opera em prol do aluno. Quando os professores e a escola trabalham a partir da realidade da sua comunidade, oferecendo uma educação socialmente situada, conseguem realizar um projeto que, de alguma forma, emancipa os seus alunos e amplia as suas possibilidades. Isso é algo que deve ser mais explorado com a questão profissionalizante, para se contrapor a lógica neoliberal de uma educação apenas tecnicista.

Deste modo, esse estudo procurou contemplar uma síntese geral sobre o tema proposto e contribuir para uma reflexão sobre a educação, problemas sociais e perspectivas de emancipação dos alunos. Apresentou a contribuição de professoras atuantes em turmas de EJA, que colocam suas experiências em salas de aula na escola pública; e trouxe a análise de uma professora e cientista social, que mostra a importância de valorizar essas profissionais que se dedicam a trabalhar com estes jovens alunos.

REFERÊNCIAS

FRIEDRICH, Marcia; BENITE, Claudio R. Machado; BENITE, Anna M. Canavarro. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 20, n. 74, p. 185-206, jan. 2012. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/404>>. Acesso em: 21/08/2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem**; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera a lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem**, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem**, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. 2008

BRASIL. Ministério da Educação. **Projovem Urbano**. portal.mec.gov.br, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>. Acesso em: 24/08/2023.

BRASIL. IBGE educa. **Conheça o Brasil - População EDUCAÇÃO**. educa.ibge.gov.br, Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>, Acesso em: 24/08/2023.

FNDE. **Resolução nº 10, de 27 de julho de 2023 Altera a Resolução CD/FNDE nº 13, de 10 de setembro de 2021**, para prorrogar os prazos de execução, devolução de recursos e prestação de contas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, nas modalidades Urbano e Campo - Saberes da Terra, nas ações da edição 2021, e cria nova regra de devolução de recursos e data limite para o início das turmas do Programa.

FNDE. **Resolução nº 13, de 10 de setembro de 2021 estabelece normas e procedimentos para a utilização pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, dos saldos financeiros do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem**, nas modalidades Urbano e Campo – Saberes da Terra, nas ações da edição 2021, e altera as Resoluções CD/FNDE nº 11, de 6 de setembro de 2017, e nº 13, de 21 de setembro de 2017.

FRIEDRICH, Márcia. MACHADO BENITE, Claudio R.. CANAVARRO BENITE Anna M.. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a

experiência vivida em Goiânia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [en línea]. 2012, 20(74), 185-205[fecha de Consulta 21 de Octubre de 2023]. ISSN: 0104-4036. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399538140010>. Acceso em: 21/08/2023

JEZINE, Edineide. A concepção de emancipação em Paulo Freire para uma leitura do acesso à educação superior. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 15–34, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3938>. Acceso em: 18/10/2023.

Submetido em novembro de 2023

Aprovado em dezembro de 2023

Informações do(a)s autor(a)(es)

Henrique Barbosa dos Reis -

Licenciando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0941-7915>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5929218016178182>

E-mail: henrique.reis277@gmail.com

Dra. Maria Goreti Farias Machado

Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5734-4977>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4838729219969627>

E-mail: mgoretimachado@gmail.com